

Comércio aquecido no final de ano

Expectativa da Associação Comercial aponta crescimento de 8 a 10% em 1994

por Gustavo Freire
de Brasília

Com 44 mil estabelecimentos, o comércio do Distrito Federal experimentará, em 1994, um crescimento entre 8% e 10% das vendas. O aquecimento das compras, na avaliação do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Josezito Nascimento Andrade, ficou abaixo das expectativas iniciais dos comerciantes brasilienses. "No primeiro semestre, ficamos praticamente parados", diz Nascimento Andrade.

A estagnação, segundo o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, decorreu, basicamente, das dúvidas suscitadas na população em relação ao que seria o Plano Real. Num primeiro momento, os consumidores em potencial preferiram encontrar fórmulas de

multiplicação de um produto hoje escasso: o dinheiro. "Houve muita especulação no primeiro semestre", diz Nascimento Andrade. Em seguida, com a introdução da Unidade Real de Valor (URV), as coisas pioraram ainda mais e o movimento no comércio parou de vez.

No segundo semestre de 1994, o movimento aumentou com a implantação do Plano Real, que gerou um crescimento de renda das classes mais desfavorecidas. "Sentimos que a população mais pobre passou a comprar", comenta. O aquecimento, no entanto, se sustentou até setembro. "Depois do anúncio das medidas de restrição ao consumo, tivemos uma nova queda nas vendas", relata. Mas, para o fim do ano, Nascimento Andrade trabalha com uma estimativa de crescimento das vendas de aproxima-

mente 20% com relação ao mesmo período de 1993.

Nem mesmo o anúncio de novas medidas de contenção do crédito feito no início de dezembro, segundo o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, conseguirá reverter esta tendência de aumento dos negócios. "As pessoas vão ter que tirar o dinheiro da caderneta de poupança, porque, em dezembro, não há como deixar de comprar alguma coisa", comenta. Mas, sobre o ano de 1995, Nascimento Andrade guarda dois sentimentos opostos: preocupação e otimismo.

A esperança reside na expectativa de que o novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, consiga aprovar, logo no início do seu governo, as reformas fiscal e tributária. "Elê (Fernando Henrique Cardoso) tem de fazer isso logo nos primeiros seis meses. Se não fizer, não faz mais, porque não terá mais a força de um presidente que está iniciando o seu

mandato", diz. O temor de Nascimento Andrade, no entanto, reside nos efeitos que o fim da indexação causará sobre o comércio e as indústrias.

A maior preocupação, neste caso, é com a extinção de Índice de Preços ao Consumidor em Real (IPC-R) já em janeiro de 1995. "Se isso ocorre, evidentemente, haverá um acirramento do confronto entre empregados e patrões", diz. Os trabalhadores vão reivindicar algum tipo de compensação, é os patrões, se cederem às pressões, terão de repassar os aumentos salariais aos preços finais de seus produtos. "Isso ocorrerá no montante em que os produtos importados estiverem chegando", sublinha.

Isso, na opinião do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, pode provocar uma 'quebradeira' das indústrias locais que abastecem o comércio do Distrito Federal. A maneira de contornar a questão,

segundo Nascimento Andrade, seria através da promoção de forte redução da carga tributária, incidente sobre os produtos industrializados. "Isso colocaria nossos preços em pé de igualdade com os dos produtos importados", afirma.

O comércio de Brasília gera aos cofres do Governo do Distrito Federal (GDF), uma receita mensal da ordem de R\$ 60 milhões. Desse total, 90% dos recursos são recolhidos por apenas 1 mil estabelecimentos comerciais e outros 8% são distribuídos entre outras 10 mil empresas. As demais 33 mil empresas, por serem de porte muito pequeno, praticamente não contribuem para o aumento da receita tributária do FDG. Concentrando 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, as maiores empresas de comércio da região estão localizadas no Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Gama e Núcleo Bandeirantes.